

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA – FENÔMENO ORGANIZACIONAL OU
NOMENCLATURA EMPRESARIAL?

Elise Cristina Eidt (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - elisecristinaeidt@hotmail.com
Graduada em Administração pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Assistente em Administração na Universidade Federal da Fronteira Sul. Acadêmica do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Rosane Calgaro (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - rocalgaro@yahoo.com.br
Possui doutorado em Administração pela Universidade Positivo. Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atua na docência e na pesquisa em Administração: cooperativismo, estudos organizacionais e gestão de recursos humanos

1 INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Universitária (RSU) figura como um assunto atual no âmbito acadêmico, que tem ganhado espaço e relevância no debate brasileiro e internacional sobre o papel da educação superior, dada sua colaboração para a formação de estudantes e comunidades socialmente responsáveis (WAGENBERG, 2006; BERTO, 2011).

Configurada como um conceito moderno, a Responsabilidade Social (RS) emerge no contexto empresarial, na segunda metade do século XX, com inúmeras perspectivas de aplicação e entendimento, sobretudo, com aproximação no campo do assistencialismo, filantropismo e marketing social. A partir do início deste século, o conceito de RS se expande para a busca de solução de questões de natureza social e ambiental, se estendendo às organizações públicas e Organizações Não Governamentais (ONGs), alcançando as Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e/ou privadas, fazendo emergir a RSU, como meio de intervenção na sociedade contemporânea.

Mesmo com a crescente popularidade do tema, Lo et al. (2017) afirma que, o desenvolvimento conceitual da RSU tem sido lento e ainda está no estágio formativo, considerando o vasto conjunto de definições, alcance e abordagens de gerenciamento que são apresentados na literatura.

Os estudos consultados revelam que a definição do que se denomina RSU está atrelada à razão de ser da universidade que, historicamente passou por transformações determinadas pelo contexto de inserção desta instituição. Da preocupação centrada na formação das elites pautada na transmissão de saberes, a universidade vivenciou uma aproximação das demais classes da sociedade, sobretudo a popular (BOHRER et al., 2008). Nesse processo Reis (2007) relata que a universidade passa a assumir um papel social com o compromisso de atuar também nos problemas da sociedade. A função, anteriormente centrada no ensino passa a contemplar também a geração de conhecimento (pesquisa) e a efetiva inserção e ação nos problemas sociais através da extensão.

Com isso, a universidade assume a RSU juntamente com sua missão institucional, a qual incorpora o tripé ensino, pesquisa e extensão, que por sua vez, gira em torno da produção e transmissão de conhecimentos clássicos ou recém-gerados com vistas à formação cidadã, que privilegiem uma espécie de compromisso social com a comunidade.

Porém, como destaca Calderón (2005), a RSU assume certo grau de complexidade, frente às inúmeras dúvidas, questionamentos e interpretações no plano teórico, conceitual,

ideológico e prático que se fazem perceber. Com isso tem-se que realizar uma discussão teórico-prática, abordando questões históricas e de concepção sobre a temática, é importante.

Pesquisas realizadas nos últimos anos evidenciam que a origem do conceito de RS, fortemente ligada ao setor empresarial, desperta de forma ainda muito tímida o interesse de dirigentes das universidades em vincular suas ações acadêmicas ao conceito de RS. Gurgel (1986), Chauí (2003), Vallaeys (2006) e Lo et al. (2017) indicam que o tema está carregado de concepções e pressupostos advindos de sua construção histórica.

Diante disso, o objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão, de natureza teórica, sobre as condições histórica e conceitual consideradas determinantes para emergência da definição da RSU.

Iniciamos relatando brevemente a constituição e as transformações por que passou a universidade brasileira no ajuste de funções básicas, visando acima de tudo atender as reivindicações da sociedade. Em seguida, abordamos o tripé constituinte da universidade, focando na extensão como base para a prática da RS para, na sequência, tratarmos da RSU como elemento de prática das universidades e das perspectivas conceituais que assume na atualidade. Na conclusão, apresentamos as constatações do estudo e possibilidades que podem orientar futuras pesquisas sobre o tema.

2 UNIVERSIDADE - BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA

Sob um olhar histórico, regressar às raízes e às finalidades contemplando a trajetória da universidade é pressuposto para compreender as transformações e os desafios para essas instituições, em especial, no século XXI. As mudanças econômicas, culturais, as políticas neoliberais e a nova realidade do mundo do trabalho determinaram a ampliação de atuação da universidade que, além do ensino e da pesquisa, passa a contemplar a extensão como meio para se “ajustar” às reivindicações da sociedade.

A esse respeito, autores como Janotti (1992), Charle e Verger (1996) e Rossato (1998), comentam que a universidade nesse longo período de existência, considerando seu surgimento no século XII, período final da Idade Média (LUCKESI et al., 1991; ULLMANN; BOHNEN, 1994; COELHO, 2005; LIMA, 2012), precisou se transformar para garantir a sua sobrevivência.

No Brasil, como afirma Stallivieri (2006), a universidade surge apenas no início do século XIX, como consequência da formação das elites em instituições europeias de educação durante o período de 1500 a 1800, que regressaram ao país com sua qualificação. Nessa

perspectiva, Macedo (2005) comenta que, as universidades historicamente permaneceram a serviço da formação das elites, desvinculadas das demandas da classe trabalhadora e dos problemas sociais, assim, poucas eram as instituições que se preocupavam em praticar trabalhos sociais.

Com isso, Fávero (2006) lembra que a universidade foi criada não para atender às necessidades fundamentais do meio em que se inseria, mas pensada e aceita como um bem cultural de acesso às minorias, sem a definição explícita de ser um espaço de investigação científica e de produção de conhecimento.

Já dizia Teixeira em 1964 que a universidade viveu até fins do século XIX, com o encargo de guarda e transmissão do saber, visando a ordem e a civilização, em benefício de poucos, se orgulhando da alta qualidade dos seus pensadores e eruditos. Passados alguns anos começou a transformar-se mediante as revoluções do nosso tempo, e entre muitas resistências, rompeu o seu isolamento e foi se juntando a realidade atual como instituição complexa, marcada pela variedade, pelo pluralismo, e pela extrema confusão e divisionismo. Nessa conjuntura, Panizzi (2004) explica que a antiga instituição, distante e isolada, vem se abrindo e criando sua própria identidade enquanto sistema de educação e tornando-se importante no desenvolvimento nacional.

Necessariamente, essa transformação foi consequência de grupos representativos dos segmentos menos favorecidos, que reivindicaram ou mesmo exigiram que essa instituição não se vinculasse apenas às elites. Emerge a necessidade da universidade sair da torre de marfim, negar a suposta imparcialidade científica, atender aos interesses universais, aos setores carentes, e desenvolver projetos sociais.

Diante disso, a universidade adotou o tripé ensino, pesquisa e extensão como alicerce de atuação, uma vez que é por essa via que se consolida da forma mais íntegra. Assim, é pertinente tratar da compreensão que existe sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com especial atenção para esta última, que propiciou a estruturação da ideia de responsabilidade social. A indissociabilidade pode ser entendida como um princípio norteador da universidade, que se originou dos debates que estabelecem o lugar da universidade no contexto da sociedade em geral (PUHL; DRESCH, 2016), influenciado pelo conhecimento científico e seu diálogo constante com as demandas sociais.

Em relação ao ensino, Puhl e Dresch (2016) explicam que constitui o ato de oferecer às novas gerações os conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade, incumbindo ao estudante a sua apropriação e aprendizagem. A pesquisa concebe as dinâmicas da produção de novos conhecimentos a partir de problemas emergentes da prática social, estabelecendo

integrações entre o desempenho científico e técnico dos estudantes, situando o acadêmico com o seu desenvolvimento intelectual (MAZZILLI, 2011). Ainda nesta perspectiva, a extensão é definida por Corrêa (2003 p. 13) pautada no Plano Nacional de Extensão, como “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”.

Com isso, essas atividades permitem movimentos de mútua influência e contribuição: o ensino que baliza a pesquisa e extensão; e estas que desafiam e geram a re-significação e re-elaboração e a construção de novos conhecimentos, os quais por sua vez originam novas pesquisas e extensões universitárias (PUHL; DRESCH, 2016). Assim, há de se considerar que esse tripé apresenta-se na atualidade como uma das maiores qualidades e expressão de compromisso social das universidades.

Destaca-se também que dentre essas três atividades, a instituição da extensão universitária foi algo memorioso, uma vez que essa atividade passa a ser um instrumento essencial para a transformação da universidade e da sociedade, englobando ao mesmo tempo a luta pela justiça social e a concepção de um contexto mais democrático. Deste modo, possui papel importante no que se diz respeito às contribuições que pode trazer frente ao contexto social.

No Brasil, as primeiras manifestações de práticas extensionistas datam do início do século passado, com cursos e conferências ocorridas na antiga Universidade de São Paulo, no longínquo 1911. Porém, face à prática da transmissão verticalizada de conhecimentos, nesse momento, o assistencialismo caracteriza a função social da universidade pública brasileira.

Gurgel (1986), Sampaio (2004), Bemvenuti (2006) e Sousa (2010), enfatizam que a instituição da extensão no contexto brasileiro, é historicamente ligada a movimentos sociais importantes da vida política, com grande contribuição do Movimento de Córdoba de 1918. Este movimento influenciou os anseios populares por uma universidade mais democrática, com função social visível na sociedade, e que fosse preocupada com os problemas nacionais.

Assim, no sistema brasileiro, o termo Extensão Universitária apresenta-se segundo as mais variadas definições, em distintas tentativas de se instituírem limites para sua prática ou, por outro lado, para servir de justificativa para atividades que ocorrem sem um espaço definido na academia, fruto da própria construção histórica da educação no Brasil. Com isso, a extensão foi efetivamente instituída apenas em 1968, com a publicação da Lei da Reforma Universitária. A Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968), promoveu uma reforma radical da universidade pública e tornou a extensão obrigatória, devendo estar vinculada ao ensino e à pesquisa.

Já durante a década de 1970 se efetivou a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), posteriormente (na década de 1980), foi realizado o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em Brasília. No evento a compreensão de extensão universitária é descrita da seguinte forma:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, 2012, p. 8).

A definição contempla o pensamento de Paulo Freire (1992) referente à educação popular como fundamento teórico da extensão universitária. Esta extrapola o tradicional assistencialismo e sinaliza um exercício acadêmico que interliga as práticas de ensino e pesquisa, favorecendo uma formação cidadã atenta à superação de desigualdades sociais, por meio do diálogo e respeito aos agrupamentos sociais locais.

Em 2004, com a regulamentação do SINAES, a legislação orienta que a extensão deve pautar-se em valores educativos, visando sua integração com o ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido na universidade e sua influência no desenvolvimento regional e nacional.

Nestes termos, a extensão funciona como uma via de duas mãos, em que a universidade leva sua assistência e conhecimento à comunidade, e em contrapartida, recebe dela informações sobre suas aspirações e necessidades, nesse processo aprende valores e culturas dessas comunidades. Assim, a universidade atua como agente legitimamente responsáveis pelo seu contexto social, visando o atendimento das necessidades sociais, culturais e econômicas e na construção de uma ética societária, onde os sujeitos sejam cidadãos ativos.

Villar (2011) destaca que a antiga concepção da extensão universitária, caracterizada como assistencialista, está sendo superada aos poucos, passando a ser reconhecida na atualidade como espaço de aprendizagem e formação acadêmica cidadã. Nesse processo se constrói a ideia de responsabilidade social e formação cidadã, por meio de ações que consideram o compromisso social e o papel da universidade frente às problemáticas sociais.

Diante do exposto, em relação à RSU, concordamos com Ribeiro (2013), que o tripé composto pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão compõe o eixo central da RSU e, de certo modo, determina o papel da universidade como um ambiente de produção e difusão de

saber, colaborando, significativamente, para o desenvolvimento científico, social, político, econômico e cultural.

3 BASE CONSTITUINTE DA DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE

Esta temática tem raízes no espaço empresarial, com o desenvolvimento dos conceitos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que aparecem densamente no final da década de 1990, coincidindo com a globalização, conforme afirmam Torres e Trapaga (2010) e Martínez, Hernández e Victoria (2013).

Como fator determinante, é interessante ressaltar que o conceito de RSU, de acordo com Vallaes (2007), nasceu no Chile em 2001, quando 13 (treze) universidades públicas, com o intuito de aprimorar a gestão universitária e de criar uma cultura coletiva, implantaram o Projeto *Universidad Construye País (UPC)*. A ação objetivou expandir o conceito e a prática da responsabilidade social entre as universidades chilenas. O *UPC* definiu a *University Social Responsibility (USR – termo em inglês)* como a capacidade da universidade em difundir e implementar um conjunto de princípios e valores gerais e específicos por meio dos processos chave de gestão, ensino, pesquisa e extensão, retribuindo socialmente à comunidade universitária e ao país em que está inserida (*UNIVERSIDAD CONSTRUYE PAÍS*, 2004).

Já Passos, Rocha e Santos (2008), pontuam que é ao final dos anos 90 que surge no ambiente acadêmico a idealização de RS, como resultado do atendimento a demandas sociais emergentes, da atenuação do poder do Estado e o reexame da atribuição do ensino superior para incorporar-se à realidade da sociedade brasileira.

No Brasil, de acordo com Calderón (2005), o termo Responsabilidade Social da Educação Superior (RSES) manifestou-se por meio do contexto de institucionalização do mercado da educação superior, ganhando maior relevância no início da primeira década do século XXI, no momento em que as IES privadas agregaram, em suas estratégias de marketing, o discurso da RSE e da RSC, vastamente divulgada no país pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Partindo dessas visões, tem-se que a RSU teve ascensão no século XX e, derivou de uma revisão das atividades institucionais, das relações de estado, mercado e sociedade, de uma autocrítica dos membros das comunidades universitárias. Também é consequência de grupos representativos dos segmentos menos favorecidos, reivindicando ou mesmo exigindo

que a universidade não se vinculasse apenas às elites, mas que atendesse aos interesses universais e desenvolvesse projetos sociais, etc.

Assim, tendo em conta a literatura e o que expressa Wanderley (2005), defendemos como tese que a figura mais expressiva da RSU se centra na dimensão da extensão, que acabou por se tornar componente constitutivo da natureza da universidade por meio de demandas sociais e, ao lado do ensino, da pesquisa e da própria gestão institucional, idealizou a prática da RSU, que ganha novos contornos e grande relevância.

Entretanto, observa-se também que as discussões sobre a RS no ensino superior ganharam mais notoriedade quando a atividade passou a ter obrigação legal, com a aprovação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, na qual a RS passou a ser uma das dimensões de avaliação das IES (CALDERÓN, 2006; BOLAN; MOTTA, 2007).

O SINAES se fundamenta, entre outros aspectos, no:

[...] aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, Art, 1º, § 1º).

Conforme inciso III do artigo 3º da Lei, a RS é uma das dez dimensões de avaliação, tendo em vista a “sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural” (BRASIL, 2004). Nessa perspectiva, a RS assume um caráter de obrigação institucional, fazendo com que a ação deixe de ser mera tendência do mercado de ensino superior, abraçada, acima de tudo, como discurso na publicidade das IES privadas (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007).

Nota-se logo que a descrição sobre RSU do SINAES é abrangente, inserindo questões sociais, ambientais e referentes à cultura e à memória. Mas, ao mesmo tempo em que se estende a diversos assuntos, a definição não é acompanhada por instruções no que diz respeito à prática e a gestão da RSU pelas IES. Tal situação corrobora com o que afirmam Gurgel (1986), Chauí (2003), Vallaeys (2006) e Lo et al. (2017), que apesar do vasto conjunto de definições, alcance e abordagens de gerenciamento que são apresentados na literatura, ainda se observa um panorama de pouca divulgação, falta de apoio, incentivo e reconhecimento das ações de RSU, o qual necessita de planejamento, execução e controle, além de formas de avaliação (NASCIMENTO et al., 2015).

Cabe destacar que em consulta a base de dados *Web of Science*, foram localizadas 1.581 publicações pertinentes ao tema *University Social Responsibility*, no período de 2007 a 2016. Deste total, os *papers* em anais de eventos compreendem 785 documentos (49,65%), seguido de 771 artigos em periódicos (48,76%). Tais resultados demonstram o caráter científico desta temática, que também é multidisciplinar, o que leva a redação de diferentes conceitos sobre o tema, que podem em muitas situações se entrecruzar e complementar, e, em outras, assumir um caráter dicotômico. Estes fatos corroboram com o já exposto por Calderón, Pedro e Vargas (2011), Calderón, Gomes e Borges (2016) e Ye (2017).

Então, apesar do SINAES ter se estabelecido como um marco legal, importante para a expansão do tema, a disseminação da RSU ao longo dos anos no Brasil ocorreu sob a égide de diversos entendimentos, dos quais se destacam os seis enfoques apresentados por Calderón (2008), e Calderón, Pedro e Vargas (2011): i) tradição universitária, na qual a RS é entendida como elemento intrínseco à universidade, estando presente nas discussões históricas referentes a sua função social; ii) tendência do mercado, como reflexo da comercialização da educação e da gestão empresarial das instituições de ensino, e como uma tática de diferenciação no mercado educacional; iii) normatização estatal, onde se destaca a legislação que regulamenta o SINAES, vista como uma extensão jurídica da RS; iv) estratégia de gestão das organizações, na qual observa-se experiências de aplicação da gestão empresarial na gestão das universidades, por meio do debate da governança, do balanço social, das estratégias de marketing, da imagem organizacional, da gestão sustentável e dos indicadores de avaliação e qualidade; v) valores para o desenvolvimento humano, que evidencia a universidade como um espaço disseminador de valores de cidadania orientada no desenvolvimento da sustentabilidade, na valorização da formação integral e na estruturação dos projetos pedagógicos e matrizes curriculares; e vi) projetos sociais extensionistas, que nega os projetos assistencialistas, e favorece os projetos como ações de RSU direcionados para a solução dos problemas reais da sociedade.

Em complementação a estes seis entendimentos, Calderón, Pedro e Vargas (2011) revelam mais dois que englobam visões antagônicas, que são: a RSU como execução das atividades históricas da universidade e como resistência ao mercantilismo neoliberal.

Ao ser entendida como cumprimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, construídas ao longo dos anos, a RSU tem relação com uma visão pragmática, que, ao ser associada a um ponto de vista weberiano, poderia ser julgada como livre de qualquer escolha política ou juízo de valor, isto é, em favor ou contra a defesa dos interesses de determinados grupos sociais (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011). Neste contexto, a

RS fica limitada ao cumprimento da missão da universidade, que engloba a produção, a organização e a disseminação de conhecimentos. De tal modo, não seria atribuição da universidade contribuir ou até mesmo solucionar os problemas sociais, pois como alega Durham (2005), essas seriam finalidades do sistema educacional como um todo, e não uma atividade da universidade.

Essa abordagem, conforme Lima, Azevedo e Catani (2008), pode ser visualizada também como “economicista”, ao passo que acaba se distanciando da dimensão social. Vallaeys (2014) discorda dessa abordagem, e pondera que a crença de que as universidades são socialmente responsáveis por sua atuação formadora em si, por serem as legitimadoras do conhecimento, oferecendo para a sociedade novos e habilitados profissionais, é uma das razões que colaboram para o atraso do desenvolvimento da RSU nas instituições.

A RSU como estratégia de resistência ao mercantilismo da globalização neoliberal é um enfoque que relaciona, ao mesmo tempo, a RSU com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, e prioriza também uma evidente opção político-ideológica de oposição ao progresso do neoliberalismo, expondo deste modo um paradigma de conflito. Essa resistência, segundo Morin (2013), tem fundamento ao passo que mesmo cooperando para a expansão universal da economia, o neoliberalismo também aumentou as desigualdades, a pobreza e a miséria, além da diminuição da solidariedade.

Dias Sobrinho (2005) argumenta por uma postura de intolerância intelectual no que se refere à expansão neoliberal. Aliado à isso, questiona a mercantilização da Educação Superior e a privatização do público, ao afirmar que “a universidade não dê razão ao mercado, [...] e que não seja um motor da globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana” (p. 172).

Tendo em conta esses enfoques, subjaz-se que a RSU é um elemento inerente à universidade, estando relacionada a sua função social, aos problemas da humanidade, como normatização legal e também como tendência do mercado, na qual emerge como reflexo da mercantilização da educação e da gestão empresarial, em termos de eficiência de gestão, estes mais relacionados a contexto das IES privadas.

Dentro do nosso interesse de investigação, importa destacar ainda as concepções mais atuais de RSU, a partir de novas referências práticas, conforme esboça-se a seguir.

4 MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

Ao se debater RSU, as falas derivam de vários contextos e pode-se afirmar que há mais de uma visão sobre o tema, além dos vários entendimentos da temática na realidade brasileira, conforme acima detalhado. No presente tópico, tais concepções serão apresentadas no intuito de dimensionar a importância do tema.

Wanderley (2005), Calderón (2005), Silva e Melo (2010), e Cruz e Passos (2010), apontam que compromisso social é a forma geralmente atribuída à RSU para com a sociedade, uma vez que se fizermos uma leitura dos estatutos, princípios e objetivos que norteiam as atividades da instituição, ela normalmente apresenta-se de forma nítida sob a expressão compromisso social. A universidade, que possui a função de produzir e difundir conhecimentos, indica comprometimento, expressão que tem um sentido de maior envolvimento. Logo, falar do compromisso social da universidade significa falar de seus deveres e obrigações, dos encargos inerentes à natureza institucional.

Autores como Durham (2005), Calderón (2006), Tetřevová (2010), Saran et al. (2011), Ray (2013) e Serva e Dias (2016), enfatizam que a responsabilidade social no meio acadêmico está direcionada para o engajamento do ensino, da pesquisa e da extensão em acolhimento as questões sociais emergentes e ao desenvolvimento da sociedade. Os estudos nacionais, robustecem os debates sobre o papel da universidade como agente social no processo de desenvolvimento social, econômico, cultural e sustentável, processos que se reforçam mutuamente, e são extremamente positivos para a região de atuação dessas instituições (BERTO, 2011; RIBEIRO, 2013; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014).

Já segundo Vallaeys (2006, p. 39):

[...] a Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação das diversas partes da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis.

Nesse sentido, é fundamental que as universidades estabeleçam medidas capazes de monitorar a prática de RS em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando favorecer o bem-estar comunitário e formar um profissional capacitado para resolver os problemas sociais. Dessa forma colabora para as dimensões de desenvolvimento humano, científico, social, político, econômico, cultural e sustentável (REIS; BANDOS, 2012; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014; SERVA; DIAS, 2016).

Em âmbito mais específico, alguns autores (CRUZ; PASSOS, 2010; BERTO 2013) orientam o ajuste das atividades de ensino, pesquisa e extensão ao projeto pedagógico de cada curso. Assim, se concretiza a promoção de ações que visem a cidadania, ao respeito à dignidade da pessoa humana, a igualdade educacional, a liberdade comunicativa, o exercício corresponsável da vivência em comum, contribuindo para a eliminação das desigualdades sociais, a promoção da diversidade cultural e identitária.

Ainda, ao pensar nos enfoques da RSU, uma das definições mais acertadas foi desenvolvida por Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), que apresentam o tema como a capacidade de difundir e empregar um conjunto de princípios e valores por meio de quatro processos: organizacional, educação profissional, cognitivo e participação social. Ou seja, a RSU abrange para o que as universidades são responsáveis, a quem são responsáveis e como elas são responsáveis. Inicialmente, as IES são responsáveis por colocar a ética no cerne da vida acadêmica e institucional, assim todas as decisões que dizem respeito à gestão, ensino, pesquisa e divulgação comunitária precisam ser realizadas de maneira ética. Como segundo ato, as universidades são responsáveis com os diferentes integrantes da comunidade universitária (colaboradores, docentes, discentes e ex-alunos) e regional (comunidades locais, governos e outros grupos externos). Em terceiro lugar, as IES são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades em áreas como gestão, ensino, pesquisa e comunidade, orientando a produção do conhecimento, portanto, influenciando nas definições sobre ciência, racionalidade, legitimidade, entre outras.

Para diversificar e ampliar sua concepção, em 2014 Vallaeys apresenta o entendimento que a prática da RSU deve ser capaz de transformar as rotinas mentais dos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, ou seja, deve constituir-se em uma política de qualidade ética e de gestão a partir da tríade de ensino, pesquisa e extensão, assegurada pela alta administração. Dessa forma, a RSU exige uma “coerência institucional permanente em todos os processos organizacionais” (p. 110), alinhando o discurso à prática.

Neste limiar e ao pensar nos enfoques da temática, Mohamedbhai (2011) e Lo et al. (2017), destacam que o conceito de RSU é muito amplo e profundo, ainda vivendo uma fase exploratória, sendo aberto às interpretações. No entanto, entendem que a RSU deve ser a essência de uma universidade, o seu *ethos*, sua maneira de ser e de operar.

Além destas visões, as abordagens do tema são muitas, como a exemplo de Calderón (2006) e suas definições da Pirâmide da Responsabilidade Social e os de Jara, Fontecilla e Troncoso (2006), os quais enfatizam que a RSU envolve a capacidade de difundir e pôr em prática um conjunto de princípios e valores, gerais e específicos, por meio de quatro processos

essenciais, que são a gestão, a docência, a pesquisa e a extensão. Com isso os autores defendem a disseminação da RSU, por fazer parte da tradição universitária latino-americana, pautada na defesa de ideais humanísticos, em prol de uma universidade comprometida na luta contra a pobreza e pela construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Outro modelo de gerenciamento da RS para as organizações universitárias advém da Organização Internacional para Normalização (ISO) 26000 lançada em 2010, com o objetivo de fornecer orientações sobre os princípios da RS e temas pertinentes à temática, além de ressaltar a importância dos resultados e melhorias das organizações no que se refere ao desempenho em RS (NASCIMENTO, 2014). Dentre os estudos sobre a normalização destacam-se Nejati et. al. (2010), que pesquisam a RS nas melhores universidades do mundo utilizando a ISO 2600 como referência.

Sob um ponto de vista pragmático, outros enfoques evidenciam as práticas de RS nas universidades, como Hellmann (2009) e Lohn (2011), que enfatizam a necessidade da RS ser avaliada e indica as fontes para a construção de indicadores. Melo (2011) pesquisa os movimentos de construção da responsabilidade social nas IES. Na mesma direção, Ribeiro (2013) procura compreender como está sendo construído o conceito de RSU. Nascimento (2014), com base no SINAES, apresenta proposta de índice de responsabilidade social da universidade, como metodologia de mensuração para a avaliação institucional.

No contexto brasileiro, de acordo com Santos Filho (2010), já se observa certa preocupação com o direcionamento da pesquisa e do ensino para os problemas da sociedade. Nascimento et al. (2015), citam que estabelecer diretrizes em torno da RSU requer uma compreensão institucional que permita mensurar a relevância dos objetivos fins da universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. Porém, sua estrutura organizacional exige a definição de práticas de gestão baseadas em critérios que possam nortear as ações administrativas e que lhes garantam alcançar os resultados esperados pela comunidade acadêmica e sociedade.

Partindo da análise de que não existe forma absoluta, um modelo ou definição que retrate uma concepção única de RSU, pode-se compreender que existem diversos entendimentos sobre o tema, apresentando mais de uma dimensão. Com isso, indagamos sobre o conceito de universidade, do qual podemos dizer que também não existe um conceito único, sendo este variável não apenas ao longo da história, mas também das regiões nas quais as universidades se desenvolveram, e tem se ajustado à realidade contextual. Portanto, considera-se que, apesar de existir a muitos séculos e em países demasiadamente dispares entre si, não há um conceito único e universalmente aceito de universidade, nem suas funções

são as mesmas em tempo e espaços diferentes (BELLONI, 1992). Podemos, deste modo, acreditar que cada tempo, cada momento, apresenta uma concepção e uma demanda a esta instituição.

Assim, a diversidade de concepções da RSU pode estar relacionada com o ponto de vista que cada IES possui sobre o assunto, de sua contextualização histórica e também com o grau de comprometimento que possui com o desenvolvimento da sociedade. O que é percebido na literatura, são proposituras que reforçam o papel da universidade na sociedade e a capacidade em adaptar-se ao contexto em que está inserida.

Apesar do contexto que favoreceu a ascensão da RSU Gomez e Preciado (2013) e Nejati et al. (2011), enfatizam que as práticas de responsabilidade social nas universidades de todo o mundo, infelizmente, são ainda de base voluntária e pouco exploradas. Tal visão coaduna com o observado por Vallaes (2017), que percebe discursos sentenciosos e estrondosos de compromisso social que nada mudam nas rotinas institucionais das universidades.

Pelo exposto, Vallaes (2017), enfatiza que carecemos de uma teoria da RSU mais racional e coerente do que as atuais práticas de Responsabilidade Social Organizacional (RSO). Ressalta que o fio condutor de uma definição da RSU é constituído pelos tipos de impactos universitários e os riscos a eles associados, que dependem, por sua vez, do que fazem as universidades, com quem o fazem, a quem atingem e como podem participar dos fins de toda a responsabilidade social que é a sustentabilidade social e ambiental da sociedade no seu todo, a condição local e global.

Em sua abordagem sobre RSU, Calderón (2006); Carrizo (2006); Kliksberg (2006); e Vallaes (2006) acordam que entre as IES e a realidade local deve existir um fio condutor (contrato ou pacto social) que norteie a inter-relação entre os dois segmentos, mas levando em conta a qualidade de vida das coletividades como o elemento primordial.

Com isso, tem-se que as universidades, por conhecerem de perto a comunidade e seus projetos, podem dar respostas mais concretas aos problemas, respeitando as peculiaridades éticas e culturais de cada região. Ou seja, por meio de uma gestão responsável e de projetos socioacadêmicos, as IES terão reconhecidas suas práticas de responsabilidade social, interna e externamente, as quais desenvolverão nos alunos e na comunidade local a autonomia, o exercício da cidadania, a qualidade de vida promovendo a geração de renda e uma relação de reciprocidade e enriquecimento mútuos entre seus alunos e a comunidade (BERTO, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva em torno da RSU envolve múltiplos significados, fruto de sua construção histórica, e como tal, carregada de concepções e pressupostos, que devem ser compreendidos.

A universidade ao longo de sua existência passou por grandes transformações e desafios, visando ampliar sua atuação frente as demandas da sociedade, que cobrava a abertura da universidade, para atendimento não só da elite, mas das classes menos favorecidas. Entre as grandes mudanças, recebe especial atenção o reconhecimento do ensino, da pesquisa e da extensão como tripé constituinte da universidade.

A consolidação dessas atividades permite que, hoje em dia, a universidade se consolide de forma mais íntegra, estabelecendo seu papel de agente social. No entanto, tal condição somente se tornou possível com o advento da extensão universitária, que propiciou à universidade a intervenção mais direta na realidade social que a circunda, idealizando com isso a ideia de Responsabilidade Social e seu desenvolvimento conceitual no meio acadêmico.

Apesar da terminologia RSU possuir raízes do contexto empresarial, ela se expande no século XX para o contexto universitário frente a debates institucionais, de estado, mercado e principalmente das demandas da sociedade, adquirindo diversos enfoques e entendimentos, demonstrando como o tema é multidisciplinar e de suma importância.

Frente aos múltiplos conceitos, nos pautamos na ideia de que a RSU é um fenômeno intrínseco da universidade, estando diretamente vinculada a sua função social. Encontra-se enquadrada na perspectiva do compromisso social predominante nas definições apresentadas, diferente do direcionamento empresarial orientado para o mercado.

Neste sentido, a utilização de recursos como a avaliação, interna e externa, estímulo à autorreflexão, pode ser fundamental, mas não é o suficiente, uma vez que entendemos que a RS é uma responsabilidade pelos impactos e que os impactos não são atos, podemos retratar, em toda a riqueza teórica e prática, qual é o significado da responsabilidade social das organizações e, em especial, das universidades (VALLAEYS, 2017). A RS é uma responsabilidade política por excelência, isto é, relacional, de todos os cidadãos.

Refletir sobre a RSU significa pensar não só nos deveres e nas obrigações da universidade, mas pensar com todos os atores com os quais interage, nos âmbitos interno e externo, além das “obrigações morais” que a sociedade atribui aos cidadãos e às organizações sociais (BERTO, 2011). Assim, é essencial a criação de espaços de diálogo universidade-

comunidade como importante elemento no processo de construção e afirmação da identidade socialmente responsável das IES.

Enfim, entendemos que a RSU consiste em contribuir para a solução dos problemas humanos, sociais e ambientais, e é, principalmente, uma questão de atitude, de escolha e de compromisso de cada universidade, a qual pressupõe coerência entre os valores da organização, sua cultura e prática responsável.

REFERÊNCIAS

BELLONI, I. Função da universidade: notas para reflexão. **Coletânea CBE Universidade e Educação**. Campinas, SP: Papirus: CEDES, 1992.

BEMVENUTI, V. L. S. Extensão Universitária: momentos históricos de sua institucionalização. **Vivências**, Erechim, ano 1, v.1, n. 2, p. 8-17, maio 2006.

BERTO, A. B. F. Responsabilidade Social Universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. **Perspectiva online**, v. 1, n. 2, p. 23-31, 2011.

_____. Responsabilidade Social Universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. **Perspectiva online**, v. 6, n. 3, p. 16-25, 2013.

BOHRER, I. N. et al. A história das universidades o despertar do conhecimento. In: JORNADA NACIONAL DA EDUCAÇÃO, 14, 2008, Santa Maria. **Anais eletrônicos...** Santa Maria: UNIFRA, 2008.

BOLAN, V.; MOTTA, M. V. da. Responsabilidade Social no Ensino Superior. **SARE - Sistema Anhanguera de Revistas Eletrônicas**, v. 10, n. 10, p. 204-210, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 nov. 1968.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção, p. 3.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior (ABMES)**, Brasília, n. 34, ano 23, p. 13-27, 2005.

_____. Responsabilidade Social Universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, v. 24, n. 36, p. 8-22, 2006.

_____. Responsabilidade social da educação superior: da tradição universitária à estratégia de marketing e normatização estatal. **Diálogos**, v. 9, p. 45-50, 2008.

CALDERÓN, A.I.; PESSANHA, J.; SOARES, V.L. **Educação superior**: construindo a extensão nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

CALDERÓN, A. I.; PEDRO, R. F.; VARGAS, M. C. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 39, outubro-dezembro, 2011, pp. 1185-1198.

CALDERÓN, A. I.; GOMES, C. F.; BORGES, R. M. Responsabilidade social da educação superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1990-2011). **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 653-679, 2016.

CARRIZO, L. Conhecimento e responsabilidade social: ameaças e desafios para a universidade transdisciplinar. **Estudos**, Brasília-DF, ano 24, n. 36, p. 76-89, mar. 2006.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHAUÍ, M. de S. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003.

COELHO, I. M. A universidade, o saber e o ensino em questão. In: VEIGA, I. P. A.; NAVES, M. L. de P. (Orgs). **Currículo e avaliação na educação superior**. Araraquara: Junqueira&Marin-JM, 2005.

CORREIA, E. J. Extensão Universitária, Política Institucional e Inclusão Social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 12-15, jul. 2003.

CRUZ, M. R.; PASSOS, E. S. Inserção da Responsabilidade Social nas IES: caminhos para o desenvolvimento humano. In: ROCHA, N. M. F.; RABELO, P. F. R. (Orgs.). **Educação, Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social**: Fazendo Recortes na Multidisciplinaridade. Salvador: Fast Design, 2010, p. 117-137.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Rev. Bras. Educ.**, v. 10, n. 28, p. 164-73, 2005.

DURHAM, E. A responsabilidade social das instituições de ensino superior. **Estudos**, Brasília, ano 23, n. 34, p. 59-61, abr. 2005.

FAVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educ. rev.** [online], n. 28, pp.17-36, 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOMEZ, L.; PRECIADO, L. V. CSR trends in the top 100 US business schools: A theory practice relationship. In: CROWTHER, D. (Eds.) **Education and corporate social responsibility international perspectives**. Developments in Corporate Governance and Responsibility. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 2013.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária**: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez, 1986.

HELLMANN, G. J. Indicadores para avaliar a responsabilidade social nas instituições de ensino superior. In: IX Congresso Nacional de Educação EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. **Anais...**, Curitiba, 2009.

JANOTTI, A. **Origens da Universidade**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1992.

JARA, M. J. D. L.; FONTECILLA, J. M. F.; TRONCOSO, C. D. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos**, Brasília - DF, ano 24, n. 36, p. 57-73, mar. 2006.

KLIKSBERG, B. A ética e a responsabilidade social da universidade. Estudos. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**. Brasília-DF, Ano 24, n. 36, mar. p. 23-25, 2006.

LIMA, M. do S. C. **Imagem e Identidade**: Estudo sobre o professor universitário. 2012, 462 f. Tese de Doutorado em Educação, Especialidade em Administração e Política Educacional, Universidade de Lisboa, 2012.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N. de. CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação** (Campinas) [online]. v. 13, n. 1, pp. 7-36, 2008.

LO, C. W.; PANG, R. X.; EGRI, C. P.; LI, P. H. In: SHEK, D. T. L.; HOLLISTER, R. M. **University Social Responsibility and Quality of Life: A Global Survey of Concepts and Experiences**. v. 8. [S.l]: Springer Nature Singapore, 2017. p. 37-59.

LOHN, V. M. Indicadores de responsabilidade social: uma proposta para as instituições de ensino superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 110-128, jan/abr. 2011.

LUCKESI, C. C. et al. **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MACEDO, A. R. O papel da universidade. **Estudos - Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, Brasília, Ano 23, n. 34, abr. 2005.

MARTÍNEZ, P.; HERNÁNDEZ, O.; VICTORIA, A. Responsabilidad social universitaria: un desafio de la universidad pública mexicana. **Contribuciones desde Coatepec**, v. 24, p. 85-103, 2013.

MAZZILLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **RBPAE**, v. 27, n. 2, p. 205-221, maio/ago. 2011.

MELO, E. **Responsabilidade social em IES**: uma análise das ações na região do Alto Vale do Itajaí, SC, Brasil. 2011. 87 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

MOHAMEDBHAI, G. Social Responsibility of Universities in a Knowledge-Based Economy. **Paper** presented at the 2nd International Conference and Exhibition On Higher Education, Riyadh, Saudi Arabia, 19-22 April 2011.

MORIN, E. **A via**. Para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NASCIMENTO, J. M. L. do. **Índice de responsabilidade social da universidade**: uma metodologia de avaliação institucional. 2014. 205 fls. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

NASCIMENTO, J. M. L. do; CURI, R. C.; CURI, W. F.; SOUZA, C. B. de. Metodologia para avaliar a responsabilidade social das universidades públicas. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba-SP, v. 20, n. 3, p. 685-702, nov. 2015.

NEJATI, M.; SHAFAEI, A.; SALAMZADEH, Y.; DARAEI, M. Corporate social responsibility and universities: a study of top 10 world universities websites. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 2, p. 440-447, 18th January, 2011.

PANIZZI, W. M. **Pronunciamento II Reunião Plenária do Conselho Universitário Iberoamericano**. Brasília: Andifes, 2004.

PASSOS, E.; ROCHA, N. M. F.; SANTOS, A. S. Responsabilidade social de instituições de ensino superior: questões conceituais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 2008.

PUHL, M. J.; DRESCH, Ó. I. O Princípio da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conhecimento. **Revista Di@Logus**, v. 5, n. 1, p. 37-55, 2016.

RAY, S. Linking Public Sector corporate Social Responsibility with sustainable development: lessons from India. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo-SP, v. 14, n. 6, nov. /dez. 2013.

REIS, A. R. **Gestão da responsabilidade social**: estudo em universidade da região metropolitana de Salvador. 2007. 171f. Dissertação (Mestrado Profissional Multidisciplinar em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2007.

REIS, A. L.; BANDOS M. F. C. A Responsabilidade Social de Instituições de Ensino Superior: uma Reflexão Sistêmica tendo em vista o Desenvolvimento. **Revista Gestão & Conhecimento**. Edição Especial, Poço de Caldas, MG. Nov. 2012.

RIBEIRO, R. M. da C. **Responsabilidade Social Universitária e a Formação Cidadã**. 2013, 164 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2013.

RIBEIRO, R. M. C.; MAGALHÃES, A. M. Política de Responsabilidade Social na Universidade: Conceitos e Desafios. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 42, p.133-156. 2014.

ROSSATO, R. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo/RS: Edupf, 1998.

SAMPAIO, J. **Política nacional de extensão**: referenciais teórico-práticos para sua construção In: CALDERÓN, Adolfo Ignacio (Org.). **Ação comunitária em universidades brasileiras**. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 56-78.

SANTOS FILHO, J. C. dos. Modelos de educação geral na experiência universitária americana. In: PEREIRA, E. M. de A. (Org.). **Universidade e currículo**: Perspectivas de educação geral. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

SARAN, M.; COŞKUN, G.; İNAL ZOREL, F.; AKSOY, Z. Improving the consciousness of Social Responsibility at Universities: a Research on lesson of social service practice at Ege University. **Journal of Yaşar University**, v. 22, n. 6, p. 3732-3747, 2011.

SERVA, F. M.; DIAS, J. A. Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior: Entre o Biopoder e a Biopolítica. **Revista Argumentum**, v. 17, p. 413-433, 2016.

SHEK, D. T. L.; YUEN-TSANG, A. W. K.; NG, E. C. W. USR Network: a platform to promote university social responsibility. In: SHEK, D. T. L.; HOLLISTER, R. M. **University Social Responsibility and Quality of Life**, pp.11-21, 2017.

SILVA, F. M. da; MELO, P. A. Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. In: **X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sur**, Mar del Plata 8, 9 y 10 de Diciembre de 2010.

SOUSA, A. L. L. **A História da Extensão Universitária**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

STALLIVIERI, L. **O sistema de ensino superior do Brasil**: características, tendências e perspectivas. Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais: Universidade de Caxias do Sul/RS, 2006.

TEIXEIRA, A. A universidade de ontem e de hoje. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 27-47, jul./set. 1964.

TETŘEVOVÁ, L. Alternative Forms of University Private Partnership. **Economics & Management**, p. 807-813, Ago. 2010.

TORRES, M.; TRAPAGA, M. **Responsabilidad social de la universidad**: retos y perspectivas. Buenos Aires, Argentina: Paidós: 2010, 236 p.

ULLMANN, R.; BOHNEN, A. **Universidade**: das origens à renascença. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

UNIVERSIDAD CONSTRUYE PAÍS. **Observando la Responsabilidad Social Universitaria**. 2004.

VALLAEYS, F. Que significa responsabilidade social universitária? **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 35-55, jun. 2006.

_____. **Responsabilidad Social Universitaria**. Peru: Pontificia Universidad Catolica del Peru, 14 transparências, color, padrão (4:3), 2007.

_____. La responsabilidad social universitaria: un nuevo modelo contra la mercantilización. **Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)**, México, v. 5, n. 12, p. 105-117, 2014.

_____. Responsabilidade social universitária: uma definição prudente e responsável. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Faccat, Taquara/RS, v. 14, n. 2, jul./dez. 2017.

VALLAEYS, F.; CRUZ, C. de la; SASIA, P. M. **Responsabilidad social universitaria: manual de primeros pasos**. México: The McGraw-Hill Companies; Inter-American Development Bank, 2009.

VILLAR, A. E. **Extensão universitária: concepções e ações na UFRN sobre a temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010**. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

YE, J. Reflections on and Practices of Peking University Fulfilling Social Responsibility. In: Shek, D. T. L.; Hollister, R. M. **University Social Responsibility and Quality of Life: A Global Survey of Concepts and Experiences**. v. 8. [S.l]: Springer Nature Singapore, 2017, pp. 205-221.

WAGENBERG, A. A urgência da responsabilidade social universitária. **Estudos - Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, ano 24, n. 36, p. 55 -58, jun. 2006.

WANDERLEY, L. E. W. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 81, p. 156-177, mar. 2005.